

**BANCO DE CABO VERDE**

**BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA**  
**JUNHO 2013**

Cidade da Praia  
2013

**Título:** Boletim de Estabilidade Financeira – Junho 2013

**Editor:** Banco de Cabo Verde  
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro  
Avenida Amílcar Cabral, 27  
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde  
<http://www.bcv.cv>

**Paginação:** Departamento de Recursos Humanos e Administração

## ÍNDICE

<b>Sumário executivo .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1. Riscos Macroeconómicos.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2. Sector Bancário .....</b>	<b>15</b>
2.1 – Actividade, rendibilidade e concorrência.....	15
2.2 – Riscos da actividade bancária .....	17
2.2.1 – Adequação de fundos próprios e solvabilidade .....	17
2.2.2 – Risco de Crédito.....	19
2.2.2.1 – Repartição do crédito por sectores económicos.....	19
2.2.2.2 – Indicadores de qualidade da carteira .....	20
2.2.3 – Risco de mercado.....	22
2.2.3.1 – Risco de taxa de juro .....	22
2.2.3.2 – Risco de taxa de câmbio .....	24
2.2.4 – Risco de liquidez.....	25
2.2.4.1 – Indicadores de Liquidez.....	26
2.2.4.2 – <i>Gaps</i> de liquidez por prazos .....	26
2.2.5 – Risco operacional.....	27
2.3 – Resultados dos <i>stress tests</i> .....	27
<b>Capítulo 3. Sector Segurador .....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo 4. Mercado de Valores Mobiliários .....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo 5. Infra-estruturas e regulação do sistema financeiro.....</b>	<b>33</b>
5.1 – Sistema de pagamentos .....	33
5.2 – Regulação do sistema financeiro.....	34

### Índice de Caixa

Caixa 4.1 – Informação e formação no âmbito do Mercado de Valores Mobiliários.....	32
--	----

### Índice de Quadros

Quadro 1 – Indicadores Macroeconómicos e Financeiros .....	7
Quadro 2 – Indicadores de Consumo e Investimento.....	10
Quadro 3 – Balança de Pagamentos .....	12
Quadro 4 – Contas do Estado.....	13
Quadro 5 – Stock da Dívida Interna bruta.....	13

Quadro 6 – Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário .....	14
Quadro 7 – Taxa da Margem Financeiras .....	17
Quadro 8- Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade.....	18
Quadro 9 – Activos ponderados pelo risco .....	18
Quadro 10 - Qualidade da carteira de crédito.....	20
Quadro 11 – Credito em Risco .....	21
Quadro 12 - Crédito reestruturado.....	22
Quadro 13 – Evolução das taxas de juro .....	23
Quadro 14 - Exposição em moeda estrangeira e choque cambial.....	24
Quadro 15 – Indicadores de Liquidez .....	26
Quadro 16 – Gaps de liquidez por prazos.....	26
Quadro 17- Risco operacional em percentagem do risco total.....	27
Quadro 18 - Resultados dos stress tests (4 maiores bancos) .....	28
Quadro 19 - Provisões técnicas .....	29
Quadro 20 - Margem de solvência.....	30
Quadro 21 - Capitalização por segmento.....	31
Quadro 22 - Movimento de fundos na rede Vinti4 .....	33
Quadro 23 - Cartões produzidos e operações s/ movimento de fundos – Rede Vinti4.....	33
Quadro 24 - Movimento Global na Câmara de Compensações .....	34

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Desempenho Económico da Zona Euro e dos EUA .....	9
Gráfico 2 - Evolução dos Indicadores de Clima Económico e de Confiança dos Consumidores .....	11
Gráfico 3 - Evolução do Índice de Preços no Consumidor.....	11
Gráfico 4 - Índice HH .....	16
Gráfico 5 - Evolução do TIER I, TIER II e FP .....	18
Gráfico 6 - Variação dos activos ponderados pelo risco .....	19
Gráfico 7 - Crédito a Empresas não Financeiras.....	19
Gráfico 8 – Crédito a Particulares .....	20
Gráfico 9 - Risco de taxa de juro na carteira bancária.....	24
Gráfico 10 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário .....	25

## Sumário executivo

Indicadores económicos e financeiros sugerem que a actividade económica no país evoluiu desfavoravelmente no primeiro semestre, afectando sobretudo a posição financeira do sector privado e agravando, conseqüentemente, os riscos à estabilidade financeira.

O enquadramento externo relevante da economia cabo-verdiana manteve-se adverso, com a contínua contracção dos principais parceiros económicos do país.

O comportamento desfavorável da actividade económica tende a agravar os riscos à estabilidade financeira (aumentando a probabilidade de materialização do risco de crédito).

Todavia, a evolução moderada dos preços no consumidor tende a mitigar os riscos (contendo a desvalorização dos activos dos bancos).

No que concerne às contas externas, reflectindo o contexto externo, a balança de pagamentos teve um comportamento menos favorável no primeiro semestre, comparativamente ao período homólogo.

Todavia, o risco de desvalorização cambial (com impactos no balanço dos bancos) permaneceu muito reduzido, porquanto em termos acumulados as reservas internacionais líquidas continuaram a garantir mais de quatro meses das importações projectadas para 2013.

Os riscos à estabilidade financeira associados às contas públicas também mantiveram-se reduzidos, apesar da diminuição das receitas orçamentais no semestre.

A actividade dos bancos até Junho de 2013 desenvolveu-se num cenário adverso caracterizado pela redução da oferta agregada de crédito e num contexto marcado por uma intensa concorrência ao nível da captação de recursos junto dos clientes.

A performance do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou uma desaceleração no ritmo do seu crescimento.

Registou-se uma estagnação da carteira de crédito a clientes (0,35 por cento) face a Junho de 2012, enquanto os depósitos de clientes – principal fonte de financiamento - cresceram 8,57.

Os depósitos de emigrantes, que representam mais de um terço do funding dos bancos, evidenciaram um aumento de 8,68 por cento.

A redução do crédito e a evolução positiva dos depósitos contribuíram para a diminuição do rácio crédito/depósitos, que passou para 62 por cento, traduzindo-se no aumento da liquidez do sistema bancário.

A margem financeira evidenciou uma queda na ordem de 2 por cento, o produto bancário de 4 por cento e os resultados líquidos de 74 por cento, tendo a rentabilidade do activo e a rentabilidade dos capitais próprios evoluído no mesmo sentido.

A redução da rentabilidade do sector bancário traduziu-se no agravamento dos riscos à estabilidade financeira, não obstante o aumento da liquidez do sistema.

Os fundos próprios elegíveis dos bancos registaram um significativo decréscimo de 5,4 por cento relativamente a Junho de 2012.

Embora o rácio de solvabilidade tenha-se situado 2,7 pontos percentuais acima do mínimo regulamentar de 10 por cento, houve uma redução em 0,6 pontos percentuais face ao período homólogo.

A evolução desfavorável da actividade económica nacional contribuiu para a materialização do risco de crédito, traduzida na contínua deterioração da qualidade da carteira dos bancos, de acordo com os três indicadores de qualidade da carteira utilizados neste boletim. Todavia, esta evolução foi em parte mitigada por uma política de cobertura do crédito vencido por provisões.

O risco de crédito registou um aumento pouco significativo em termos homólogos, mas importa referir que o nível de incumprimento existente já era elevado, em torno de 18 por cento; o risco de taxa de juro permaneceu contido à semelhança do de taxa de câmbio; finalmente o risco de liquidez diminuiu, num contexto de persistência de excesso de liquidez no sistema.

O sector segurador teve uma evolução positiva em relação à actividade e continuou a evidenciar níveis confortáveis de provisões técnicas e de margem de solvência.

A nível do mercado de valores mobiliários, um dos riscos identificados é o deficiente acesso, por parte dos investidores, à informação para a tomada de decisão.

**Quadro 1 - Indicadores macroeconómicos e financeiros**

(em percentagem)

<b>INDICADORES MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS</b>	<b>Jun-11</b>	<b>Jun-12</b>	<b>Jun-13</b>	<b>Variação em p.p</b>
<b>ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR</b>				
Taxa de variação média dos últimos doze meses	3,70	3,20	2,80	-0,40
Taxa de variação em relação ao mês homólogo	5,30	1,60	1,20	-0,40
<b>SECTOR PÚBLICO</b>				
Saldo global, incluindo donativos (em % do PIB)	-3,20	-4,40	-3,20	1,20
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-4,00	-4,90	-3,80	1,10
Saldo primário (em % do PIB)	-2,50	-3,30	-2,00	1,30
Saldo corrente (em % do PIB)	1,50	0,20	-0,10	-0,30
Dívida Interna Pública em % do PIB (excluindo depósitos da DGT)	15,90	20,21	22,34	2,12
Dívida Externa Pública (em % do PIB)	56,77	72,97	74,67	1,70
<b>SECTOR BANCÁRIO</b>				
Taxa de juro activa implícita	-	6,88	6,500	-0,38
Taxa de juro passiva implícita	-	3,32	3,280	-0,04
Margem implícita	-	3,56	3,22	-0,34
<b>Rácios de rendibilidade do sistema bancário</b>				
- Rendibilidade do Activo (ROA)	0,27	0,20	0,10	-0,10
- Rendibilidade do Capital (ROE)	3,71	3,30	0,80	-2,50
<b>“Cost to income” (rácios de eficiência)</b>				
Custos operacionais/Produto Bancário	66,37	73,95	81,82	7,87
Custos operacionais/Activo líquido	1,66	1,55	1,52	-0,03
<b>Rácio de solvabilidade</b>	14,11	13,36	12,72	-0,64
<b>Indicadores de liquidez</b>				
Activo Líquido/Activo Total	4,31	12,99	15,60	2,61
Activo Líquido /Passivo de Curto Prazo	5,75	18,07	21,49	3,42
Grau de Transformação de Depósitos em Crédito	79,80	76,20	70,25	-5,96
<b>Qualidade da carteira de crédito (Circular nº150 de 28/12/2009)</b>				
Crédito e juros vencidos / Crédito Total	6,38	9,80	11,50	1,70
Crédito vencido líquido /Crédito Total	-0,02	2,57	3,77	1,20
Provisões (*) / Crédito Vencido	100,26	73,76	67,20	-6,56
<b>Qualidade da carteira de crédito (IAS/IFRS)</b>				
Crédito vencido líquido /Crédito Total	12,60	18,20	18,50	0,30
Provisões / Crédito Vencido	50,90	39,60	41,80	2,20

(\*) não inclui as provisões para riscos gerais de crédito

Fonte: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e Planamento, Instituto Nacional de Estatísticas





## Capítulo 1. Riscos Macroeconómicos

Indicadores económicos e financeiros sugerem que a actividade económica no país evoluiu desfavoravelmente, no primeiro semestre, afectando sobretudo a posição financeira do sector privado e agravando consequentemente, os riscos à estabilidade financeira.

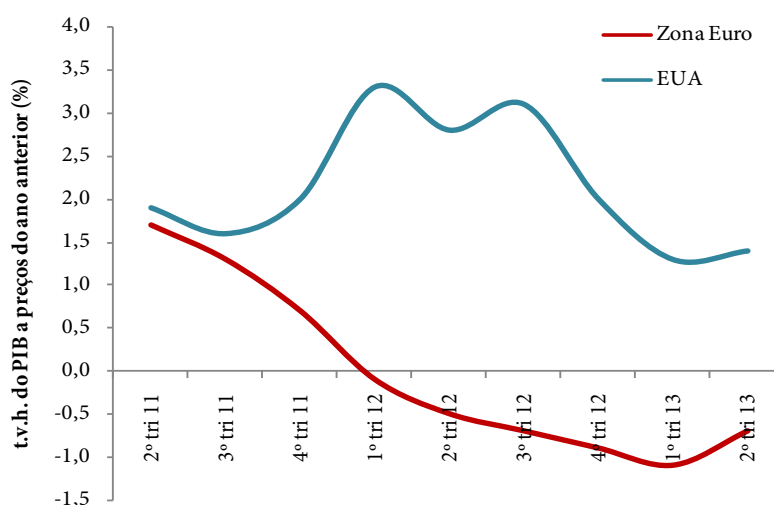
O enquadramento externo da economia cabo-verdiana manteve-se adverso, com a contínua contracção dos principais parceiros económicos do país.

As estatísticas oficiais disponíveis sugerem uma desaceleração do crescimento global no primeiro semestre de 2013, em resultado de desempenhos menos favoráveis das economias emergentes e dos EUA, bem como da contínua contracção da principal parceira económica do país - a Zona Euro.

No caso das economias emergentes, o seu crescimento tem sido aquém do antecipado, não só devido ao abrandamento da procura externa e redução dos preços das matérias-primas, mas também devido à persistência de restrições que limitam a sua capacidade produtiva, nomeadamente parque infra-estrutural inadequado e condições de financiamento mais restritivas, em resultado do agravamento dos riscos à estabilidade financeira.

Por seu turno, condicionado pela reacção da procura privada à contracção orçamental, o crescimento dos EUA tem sido mais fraco que em período homólogo, apesar da política monetária ter permanecido extraordinariamente acomodaticia.

Gráfico 1 - Desempenho Económico da Zona Euro e dos EUA



Fonte: Eurostat e US Bureau of Economic Analysis

Na Zona Euro, não obstante sinais recentes de uma ténue recuperação, a recessão permanece maior que a antecipada. A fraca confiança dos agentes e a persistência de problemas nos canais de crédito (em resultado da fraca qualidade da carteira de activos e baixa rendibilidade dos bancos) têm interagido para exacerbar o impacto da consolidação orçamental no crescimento económico da região, bem como para manter o desemprego em níveis historicamente elevados.

A conjuntura económica desfavorável da Zona Euro tem afectado o desempenho da economia cabo-verdiana, via, principalmente, redução do investimento directo estrangeiro, da ajuda pública ao desenvolvimento e mais recentemente das remessas dos emigrantes.

A redução destes importantes influxos de financiamento da economia cabo-verdiana tem condicionado, em larga medida, a evolução da procura interna.

Com efeito, os indicadores disponíveis sugerem uma contínua contracção da procura interna, ao longo dos primeiros seis meses de 2013, principalmente devido à expressiva diminuição da formação bruta de capital fixo. O comportamento desfavorável dos investimentos estará muito associado à fraca dinâmica de execução do programa pluri-anual de investimentos públicos (as despesas de investimento reduziram cerca de 28 por cento em termos homólogos), bem como às condições desfavoráveis de financiamento ao sector privado, conforme sugere a redução da oferta de crédito tanto no mercado nacional como no da Zona Euro<sup>1</sup>.

### Quadro 2 - Indicadores de Consumo e Investimento

(taxas de variações homólogas de médias móveis dos últimos 3 meses, em %)

Indicadores de Consumo e Investimento	Jun-11	Jun-12	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13
<b>Consumo</b>								
Importações de Bens de Consumo	5,68	-11,39	-12,16	-6,38	-7,23	-4,37	-1,81	2,57
Bens de Consumo não Duradouros	17,99	-10,35	-14,77	-6,80	-6,44	-4,74	-3,30	0,83
Bens de Consumo Duradouros	-35,71	-17,79	2,31	-4,06	-11,86	-1,91	8,79	14,27
<b>Investimento</b>								
Importações de Bens de Construção	1,35	-13,55	-15,31	-19,56	-25,04	-30,45	-30,92	-21,06
Importações de Bens de Equipamentos	-10,53	23,55	-42,00	-37,58	-35,45	-35,33	-40,95	-41,43
Importações de Materiais de Transporte	24,70	-40,87	44,58	-1,79	-55,11	-52,34	-45,13	-27,56

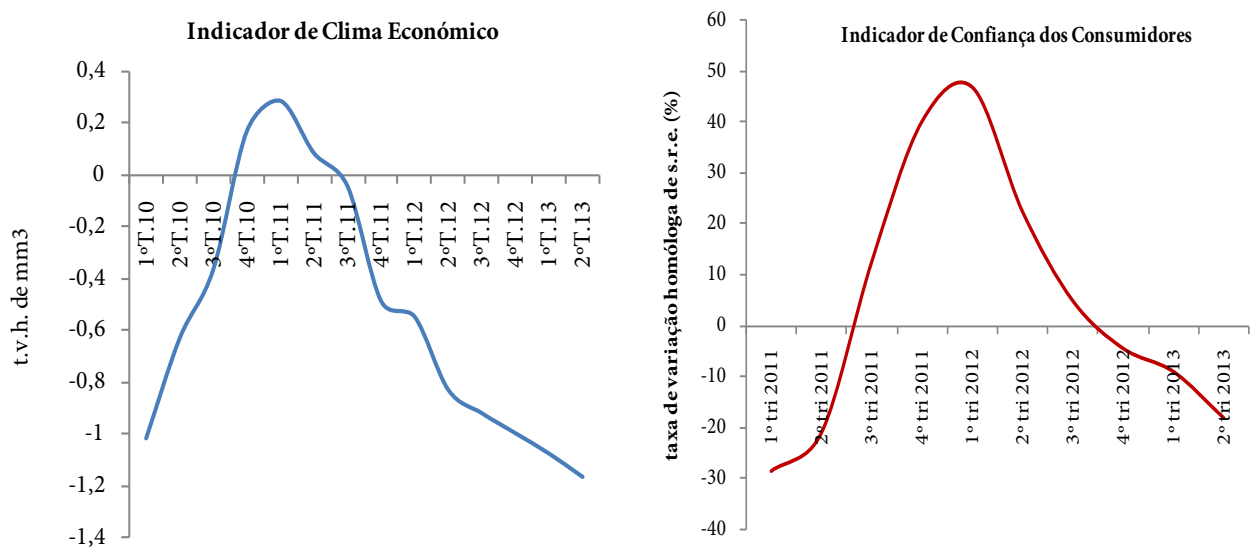
Fonte: Banco de Cabo Verde

Por seu turno, o indicador do consumo, não obstante alguma recuperação, continua com um perfil descendente, explicado, sobretudo, pelo impacto da redução das remessas dos emigrantes e dos rendimentos de empresas e propriedades no rendimento disponível das famílias.

Os indicadores qualitativos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, nomeadamente, os indicadores de clima económico e de confiança do consumidor, igualmente, indiciam um comportamento menos favorável da actividade económica, bem como uma deterioração da confiança dos agentes económicos, no primeiro semestre.

<sup>1</sup> De onde provêm mais de 60 por cento do investimento directo estrangeiro.

Gráfico 2 - Evolução dos Indicadores de Clima Económico e de Confiança dos Consumidores

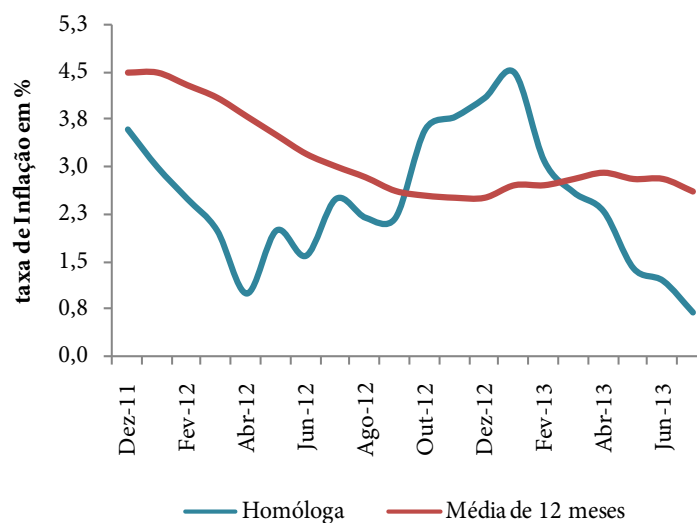


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Se por um lado, o comportamento desfavorável da actividade económica tende a agravar os riscos à estabilidade financeira (aumentado a probabilidade de materialização do risco de crédito), a evolução moderada dos preços no consumidor, tende, por outro lado, a minimizá-lo (contendo a desvalorização dos activos dos bancos).

Efectivamente, não obstante a normalização da taxa do imposto sobre o valor acrescentado nos bens e serviços administrados, bem como no serviço turístico, a inflação média anual fixou-se nos 2,8 por cento, em Junho de 2013, apenas 0,3 pontos percentuais acima do valor registado em Dezembro de 2012. O comportamento dos preços no consumidor nos últimos meses reflecte os efeitos directos e indirectos da diminuição da inflação importada, nomeadamente da contínua queda dos preços internacionais de bens energéticos, bem como da contracção da procura interna, numa conjuntura de algum aumento da produção local de bens alimentares.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Preços no Consumidor



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

No que concerne às contas externas, reflectindo o contexto externo, a balança de pagamentos teve um comportamento menos favorável no primeiro semestre, comparativamente ao período homólogo, não obstante a redução das importações de bens e serviços na ordem dos 13 por cento.

A situação económica e financeira na Zona Euro, contribuindo para a redução das exportações de bens (em 11 por cento), para o abrandamento das receitas turísticas (de um crescimento de 17 por cento para sete por cento), para a diminuição das remessas dos emigrantes (na ordem de 10 por cento) e consequente desaceleração do ritmo de constituição dos depósitos dos emigrantes (importante fonte de financiamento dos bancos), bem como para a contínua redução do IDE (em 20 por cento, no primeiro semestre), explica, em larga medida, a acumulação menos expressiva das reservas internacionais líquidas no semestre.

Não obstante, o risco de desvalorização cambial (com impactos no balanço dos bancos) permaneceu muito reduzido, porquanto em termos acumulados as reservas internacionais líquidas continuam a garantir mais de quatro meses das importações projectadas para 2013.

### Quadro 3 - Balança de Pagamentos

(fluxos em milhões de escudos)

	2011	2012	1º Sem/12	1º Sem/13	2012/11	2013/12
					t.v.h. (%)	
Balança Corrente e de Capital	-27.209,3	-16.171,1	-8.359,9	-1.415,4	-49,9	-83,1
Balança Corrente	-28.194,3	-17.277,8	-8.993,6	-1.647,1	-47,2	-81,7
Bens	-68.166,4	-61.064,6	-28.103,0	-25.131,3	-15,9	-10,6
Exportações	16.758,9	15.776,6	8.387,8	6.381,6	19,7	-23,9
Importações	-84.925,3	-76.841,3	-36.490,8	-31.512,9	-9,7	-13,6
Serviços	23.746,5	28.453,9	13.592,2	16.055,0	35,9	18,1
Exportações	47.559,7	51.055,7	24.933,6	26.230,4	16,3	5,2
Transporte aéreo	10.688,0	10.207,6	5.488,6	5.338,6	9,1	-2,7
Viagens de turismo	29.522,6	33.798,8	15.955,6	17.028,4	23,5	6,7
Importações	-23.813,2	-22.601,8	-11.341,4	-10.175,4	-0,9	-10,3
Rendimentos	-6.500,6	-5.930,0	-3.580,9	-2.753,4	-14,3	-23,1
Rendimentos Investimento Directo	-3.633,8	-2.549,2	-1.892,5	-792,7	-33,9	-58,1
Juros Dívida Externa Pública	-365,0	-777,6	-683,2	-775,0	63,9	13,4
Juros Dívida Externa Privada (bancos e outros sectores)	-2.595,4	-2.776,3	-1.106,7	-1.308,8	14,8	18,3
Transferências	23.711,2	22.369,6	9.731,8	10.414,3	-10,7	7,0
Transferências Oficiais (correntes e de capital)	6.205,5	6.141,8	2.792,5	2.079,6	10,1	-25,5
Remessas de Emigrantes (correntes e de capital)	13.539,6	13.694,7	6.673,5	3.958,9	12,2	-40,7
Balança Financeira	24.179,7	23.338,4	11.394,7	2.591,8	29,2	-77,3
Investimento Directo	12.038,8	6.153,5	1.205,9	962,4	-76,4	-20,2
Dívida Externa Pública	14.265,7	17.206,9	8.415,7	6.823,8	36,5	-18,9
Dívida Externa Privada (empréstimos financeiros de outros sectores)	1.130,9	-1.100,7	1.176,0	-2.411,2	-49,8	-305,0
Activos de Reserva	3.484,2	-4.059,2	-2.919,4	-2.012,1	139,3	-31,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os riscos à estabilidade financeira associados às contas públicas também mantiveram-se reduzidos, apesar da diminuição das receitas orçamentais no semestre.

Em termos homólogos, até Junho, as receitas fiscais diminuíram cerca de quatro por cento, devido sobretudo à evolução desfavorável da actividade económica.<sup>2</sup> A cativação de algumas despesas de funcionamento devido à fraca performance das receitas explica, por seu turno, a baixa execução, tanto das despesas com pessoal (37 por cento), como das despesas com aquisição de bens e serviços (10 por cento) face ao orçado. A redução das despesas de investimento (na ordem dos 28 por cento), também contribuiu para uma evolução menos desfavorável da situação orçamental até Junho, relativamente ao período homólogo.

**Quadro 4 – Contas do Estado**  
(Taxas de variações homólogas)

Contas Públicas	Jun-11	Jun-12	2013			
			Março	Abril	Maio	Junho
Receitas Fiscais	11,4	-4,2	-5,6	-2,3	-5,5	-3,9
das quais:						
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	11,3	-10,1	-7,0	-1,4	-5,2	-0,7
Imposto Único s/ Rendimento (IUR)	5,4	5,0	-5,1	-4,7	-8,3	-11,3
Donativos	-42,9	-49,1	11,5	84,8	57	38,3
Despesas Correntes	9,5	-2,6	2,5	-2,6	0,1	0,9
das quais:						
Despesas com Pessoal	2,5	3,6	1,9	0,2	1,7	-2,9
Transferências	6,5	-20,9	3,2	-16,6	3	17,7
Pensões	16,3	2,6	17,7	13,1	13,1	12,9
Despesas de Investimento	25,1	-0,3	-25,2	-30,8	-8,4	-27,8

Fonte: Ministério das Finanças e Planeamento

Em consequência, o recurso ao endividamento externo para o financiamento do défice orçamental abrandou, tendo os desembolsos líquidos da dívida externa pública reduzido cerca de 14 por cento em termos homólogos. Contudo, face à evolução desfavorável das receitas, a emissão de dívida pública junto ao sistema bancário cresceu consideravelmente.

**Quadro 5 - Stock de dívida Interna bruta**  
(em milhões de escudos)

Dívida pública interna	Jun-11	Jun-12	Jun-13	Var. ( %/pp)
Sector bancário	18.374	16.054	20.408	27,12%
Sector não bancário	13.249	16.388	17.996	9,81%
Dívida pública interna total	31.624	32.442	38.404	18,38%

Fonte: Ministério das Finanças e Planeamento e Banco de Cabo Verde

PIB - Estimado com base nas novas contas nacionais do INE, tendo em conta as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993

Não obstante o seu nível relativamente elevado, o endividamento do Governo junto ao sector bancário não constitui um risco iminente à estabilidade financeira, principalmente considerando a estrutura da sua maturidade (concentrada em títulos de médio e longo prazos) e a tendência de queda do seu custo (em resultado da dinâmica da procura, as taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro de maturidade mais reduzida têm vindo a diminuir, enquanto as das Obrigações mantiveram-se relativamente estáveis).

<sup>2</sup> Conforme sugere a evolução homóloga do imposto sobre rendimento (-11,3 por cento), do imposto sobre o valor acrescentado (-0,7 por cento) e sobre as transacções internacionais (-6,7 por cento).

Quadro 6 - Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário

BALANÇO AGREGADO	(em milhões de escudos)					Variação %	Jun-13	Jun-12	Jun-11	Jun-13	Variação %	Jun-13	Variação %
	Jun-13	Jun-12	Jun-11	Jun-13	Jun-12								
Caixa e Disponibilidades	15.502,6	22.517,9	18.267,5	-18,88	Juros e proveitos equiparados	4.474,0	4.631,6	4.765,1	2,88				
Aplicações em instituições crédito	6.379,5	16.362,4	27.736,2	69,51	Juros e custos equiparados	1.733,1	2.087,6	2.283,6	9,39				
Crédito sem Imparidade	81.116,8	79.293,7	79.569,2	0,35	MARGEM FINANCEIRA	2.741,0	2.543,9	2.481,5	-2,45				
Títulos	27.854,7	25.928,0	30.628,4	18,13									
Crédito com Imparidade	11.665,6	17.744,4	18.064,0	1,80	Rendimentos de instrumentos de capital	141,8	110,7	101,2	-8,57				
Imparidade Acumulada	-5.929,3	-7.022	-7.545,3	7,46	Comissões Líquidas	372,0	389,8	410,4	5,27				
Derivados	0,0	0,0	0,0	0,00	Resultados de act. e passivos ao JV através de resultados	0,3	2,1	18,0	746,95				
Propriedades de investimentos	20,7	9,5	10,1	6,74	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0,003	0,005	0,007	62,72				
Activos não correntes detidos para venda	-4,0	9,7	179,0	1738,68	Resultados de reavaliação cambial	169,0	179,5	128,3	-28,54				
Activos por impostos correntes e diferidos	976,1	1.072,9	1.012,1	-5,66	Resultados de alienação de outros activos	0,0	0,0	0,0	0,00				
Imobilizações não financ.(líq.amort.)	4.749,6	5.436,5	5.760,5	5,96	Outros resultados de exploração	218,5	197,8	144,4	-27,00				
Outros activos	2.832,5	2.895,2	2.977,2	2,83	MARGEM COMPLEMENTAR	901,5	880,0	802,3	-8,83				
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>145.164,7</b>	<b>164.248,6</b>	<b>176.658,9</b>	<b>7,56</b>	PRODUTO BANCÁRIO	3.642,5	3.423,9	3.283,8	-4,09				
Recursos de Bancos Centrais	1.795,5	5.469,9	8.460,2	54,67	Gusto com pessoal	1.257,0	1.248,1	1.349,7	8,14				
Recursos de Instituições de crédito	6.341,7	10.678,8	7.731,9	-27,60	Gastos Gerais Administrativos	900,6	963,3	992,9	3,07				
Depósitos	108.832,8	118.126,2	128.244,7	8,57									
Obrigações subordinadas	2.016,6	2.017,7	2.079,7	3,07	CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	1.484,9	1.212,4	941,2	-22,37				
Derivados	0,0	0,0	0,0	0,00	Amortização do exercício	276,8	278,5	343,9	23,50				
Pass. não c/c DPV e oper. descontinuadas	0,0	0,0	0,0	0,00	Provisões líquidas de reposições e anulações	8,0	5,7	0,2	-96,10				
Provisões diversas	5.764,8	5.939,6	5.943,3	0,06	Imparidade outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	738,8	452,2	376,1	-16,83				
Passivos por impostos correntes e diferidos	243,3	146,0	72,8	-50,17	Imparidade de outros act. líq. revers./recuperações	0,0	0,8	0,0	-100,00				
Outros passivos	9.095,8	10.057,6	10.765,4	7,04	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	461,2	475,3	221,0	-53,50				
Capital e reservas	12.726,8	13.813,5	15.942,4	15,41	Impostos correntes	92,7	79,1	112,7	42,47				
Resultados transitados	-2.035,8	-2.390,2	-2.683,0	-12,25	Impostos diferidos	5,9	6,6	6,6	0,00				
Resultado do exercício	383,1	389,5	101,6	-73,91									
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL</b>	<b>145.164,7</b>	<b>164.248,6</b>	<b>176.658,9</b>	<b>7,56</b>	RESULTADO APÓS IMPOSTOS	362,6	389,5	101,6	-73,91				

Fonte: Banco de Cabo Verde

## Capítulo 2. Sector Bancário

### 2.1 - Actividade, rendibilidade e concorrência

Marcada pela evolução desfavorável da economia cabo-verdiana, a actividade dos bancos até Junho de 2013 desenvolveu-se num cenário adverso caracterizado pela redução da oferta agregada de crédito e num contexto marcado por uma intensa concorrência ao nível da captação de recursos junto dos clientes.

Neste contexto, a performance do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou uma desaceleração no ritmo do seu crescimento, tendo o saldo agregado ascendido a 176.659 milhões de escudos, o que representa uma taxa de crescimento de 7,56 por cento, contra 13,1 por cento registados em Junho de 2012 (menos 5,5 pontos percentuais que em 2012). Esta evolução é essencialmente justificada pela estagnação da carteira de crédito a clientes (0,35 por cento) face a Junho de 2012, na medida em que observou-se um aumento da carteira de títulos (+18,1 por cento) e de activos líquidos (Aplicações em Instituições de credito) na ordem de 69,5 por cento.

No que respeita aos meios de financiamento, os depósitos de clientes – principal fonte de financiamento – ascenderam a 128.245 milhões de escudos, o que representa um crescimento de 8,57 por cento face ao período homólogo.

A evolução dos depósitos ficou a dever-se, substancialmente, à variação positiva dos Depósitos a ordem (11,6 por cento), embora os Depósitos a Prazo representem mais de metade do total dos depósitos, o que confere uma maior estabilidade da estrutura de financiamento dos bancos.

Os depósitos de emigrantes, que representam mais de um terço do *funding* dos bancos, somaram 47.049 milhões de escudos, ante os 43.291 milhões de escudos, em Junho do ano anterior, isto é, evidenciaram uma variação homóloga de 8,68 por cento.

A redução do crédito e a evolução positiva dos depósitos contribuíram para a diminuição do rácio crédito/depósitos, que passou para 62 por cento (67,1 por cento em Junho de 2012), traduzindo-se deste modo, no aumento da liquidez do sistema bancário.

A margem financeira deteriorou-se em mais de 62 milhões de escudos, o que representa uma queda na ordem de 2 por cento. Este comportamento é explicado por um lado, pela gestão criteriosa da intermediação financeira, maior exigência de selectividade na concessão de crédito, maior reserva nas aplicações de maior risco e por outro, pela redução da taxa média de remuneração dos activos em 0,38 pontos percentuais – com especial realce para as aplicações em Instituições de crédito, o que induziu à queda da taxa da margem financeira de 3,56 por cento para 3,22 por cento (-0,34 pontos percentuais).

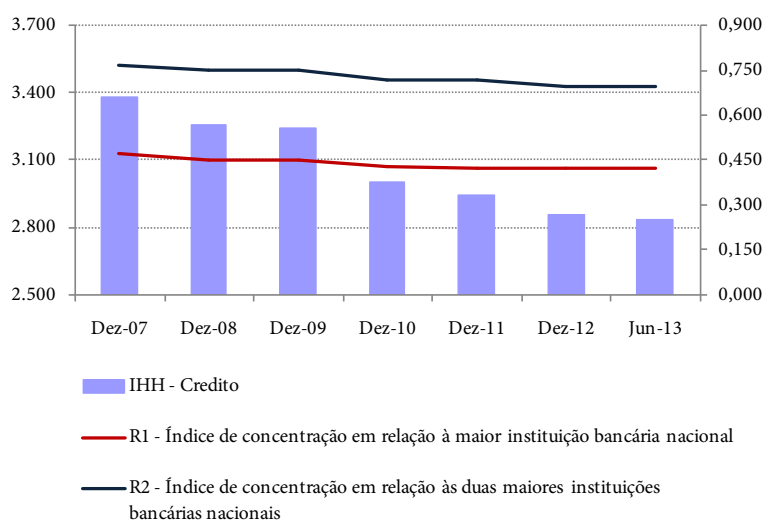
O Produto Bancário caiu 4,09 por cento e os resultados líquidos do exercício somaram 101,6 milhões de escudos em Junho de 2013, que comparam com os 389 milhões de escudos registados no período homólogo de 2012. Esta queda nos lucros (cerca de 74%) deveu-se fundamentalmente à degradação da margem financeira.

A rendibilidade do Activo (ROA – *Return on Assets*) fixou-se em 0,1 por cento (face a 0,2 por cento no período homólogo) e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE – *Return on Equity*) registou o valor de 0,8 por cento face a 3,3 por cento no período homólogo. A evolução desses indicadores aponta para uma redução da eficiência na alocação dos recursos, com destaque pelos disponibilizados pelos depositantes.

O rácio “cost to income” que mede a eficiência bancária, situou-se em 82,2 por cento, tendo registado uma apreciável deterioração de 9,1 pontos percentuais face a idêntico período do ano anterior.

Relativamente à concorrência, em linha com a tendência dos anos anteriores, o sector bancário cabo-verdiano no primeiro semestre de 2013 continuou a evidenciar melhorias na intensificação da concorrência no mercado de crédito. Com efeito, o Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)<sup>3</sup> alcançou em Junho de 2013, os 2.833 pontos, um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores, o que sugere maior concorrência entre as instituições de crédito. Não obstante, o aumento do risco do crédito e a manutenção do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em nível relativamente elevado poderão ter condicionado a evolução favorável das taxas de juros activas para o consumidor dos serviços bancários.

Gráfico 4 - Índice HH



Fonte: Banco de Cabo Verde

A envolvente macroeconómica desfavorável contribuiu para a redução da rentabilidade do sector bancário e consequentemente para o agravamento dos riscos à estabilidade financeira, não obstante o aumento da liquidez do sistema.

<sup>3</sup> O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.



**Quadro 7 -Taxa da Margem Financeira**  
(em milhões de escudos)

RUBRICAS	Jun-12			Jun-13			Variação Juros	Efeitos	
	Saldo	Juros	Taxa	Saldo	Juros	Taxa		Taxa	Volume
<b>ACTIVOS REMUNERADOS</b>									
1. Disponibilidades	16.130,0	2,3	0,03%	16.809,4	0,8	0,01%	-1,5	-3,1	0,1
Disponibilidades em bancos centrais	13.850,0	0,0	0,00%	13.608,7	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0
Disponibilidades em outras IC	2.279,8	2,3	0,20%	3.200,5	0,8	0,05%	-1,5	-3,5	0,5
Outras disponibilidades	0,2	0,0	0,00%	0,2	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0
2. Aplicações em Instit. de Crédito	11.393,3	161,7	2,84%	22.069,3	180,8	1,64%	19,1	-136,8	174,9
Aplicações em IC no país	6.354,8	81,1	2,55%	11.587,1	76,1	1,31%	-5,0	-78,8	68,8
Aplicações em IC no estrangeiro	5.038,5	80,6	3,20%	10.482,2	104,6	2,00%	24,1	-60,5	108,7
3. Crédito Interno e ao Exterior	80.205,2	3.563,8	8,89%	79.431,4	3.578,2	9,01%	14,4	98,5	-69,7
4. Títulos de Negociação e Investimento	26.891,4	740,8	5,51%	28.278,2	846,8	5,99%	106,0	129,0	83,1
Comissões recebidas		162,93			158,52		-4,4		
<b>SOMA 1</b>	<b>134.619,9</b>	<b>4.631,6</b>	<b>6,88%</b>	<b>146.588,3</b>	<b>4.765,1</b>	<b>6,50%</b>	<b>133,6</b>	<b>87,6</b>	<b>188,3</b>
<b>PASSIVOS REMUNERADOS</b>									
1. Recursos de Instit. de Crédito	12.145,3	201,7	3,32%	16.168,7	101,3	1,25%	-100,4	-251,2	50,4
Recursos do Banco de Cabo Verde	897,5	22,8	5,09%	0,0	0,0	0,00%	-22,8	-45,7	0,0
Recursos de outros bancos centrais	2.733,3	0,0	0,00%	6.963,4	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0
Recursos de IC no País	1.344,9	44,1	6,56%	891,4	10,9	2,45%	-33,2	-55,2	-11,1
Recursos de IC no estrangeiro	7.169,6	134,7	3,76%	8.313,9	90,4	2,17%	-44,4	-113,6	24,9
2. Depósitos	113.479,5	1.884,1	3,32%	123.185,4	2.180,1	3,54%	296,0	248,4	343,5
Comissões pagas		1,84			2,21				
<b>SOMA 2</b>	<b>125.624,8</b>	<b>2.087,6</b>	<b>3,32%</b>	<b>139.354,2</b>	<b>2.283,6</b>	<b>3,28%</b>	<b>195,6</b>	<b>-2,8</b>	<b>394,0</b>
<b>TAXA DA MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>8.995,1</b>	<b>2.543,9</b>	<b>3,56%</b>	<b>7.234,2</b>	<b>2.481,5</b>	<b>3,22%</b>	<b>-62,0</b>	<b>84,8</b>	<b>-205,7</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

## 2.2 - Riscos da actividade bancária

### 2.2.1 - Adequação de fundos próprios e solvabilidade

Os fundos próprios elegíveis dos bancos situaram-se em 11,6 milhões de contos em Junho de 2013, tendo registado um significativo decréscimo de 5,4 por cento relativamente a Junho de 2012. Esta evolução ficou a dever-se, substancialmente, ao ajuste nos fundos próprios<sup>4</sup>. Não obstante o aumento da cobertura do crédito vencido pelas provisões, uma análise às contas aponta para a necessidade de um maior esforço dos bancos a este nível.

Embora o rácio de solvabilidade tenha-se situado 2,7 pontos percentuais acima do mínimo regulamentar de 10 por cento, houve uma redução em 0,6 pontos percentuais face ao período homólogo.

O rácio TIER I/Activo ponderado fixou-se em 11,6 por cento traduzindo-se numa redução de 1,4 pontos percentuais em termos homólogos.

<sup>4</sup> O valor apurado de insuficiências de provisões é deduzido dos Fundos Próprios.

**Quadro 8 - Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade**  
(em milhões de escudos)

Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade	Jun-12	Jun-13	Var. (%) / (pp)	Peso (%)
Tier I	12.031	10.639	-11,6%	91,51%
Tier II	1.437	1.537	6,9%	13,22%
F. Próprios Elegíveis	12.286	11.626	-5,4%	-
Total Activo Ponderado	91.984	91.399	-0,6%	-
Solvabilidade	13,4%	12,72%	-0,6	-
Tier I/A. Ponderado	13,1%	11,64%	-1,4	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

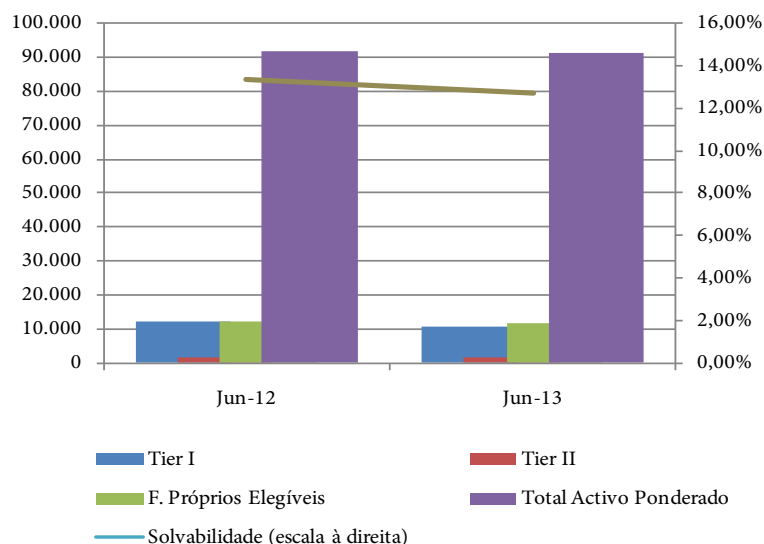
**Quadro 9 – Activos ponderados pelo risco**  
(em milhões de escudos)

Activos Ponderados pelo Risco	Jun-12		Jun-13	
	Valor	Em % dos ApR	Valor	Em % dos ApR
Activos ponderados pelo risco de Crédito - VAPRC	81.259	88,3%	81.316	88,97%
Activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio - VAPRTC	359	0,4%	225	0,25%
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	10.367	11,3%	9.858	10,79%
Total do Activo Ponderado pelos riscos (ApR)	91.984	-	91.399	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

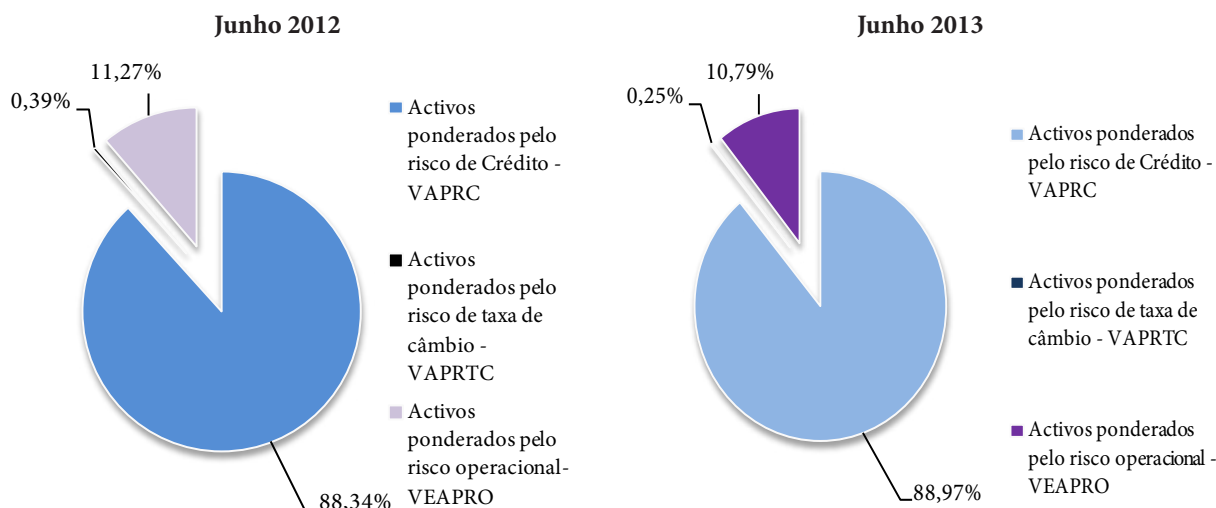
Os activos ponderados pelo risco de crédito representaram quase 90 por cento de todos os activos de risco, pelo que o risco de crédito constituiu o risco principal do sistema.

**Gráfico 5 - Evolução do TIER I, TIER II e FP**



Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 6 - Variação dos activos ponderados pelo risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

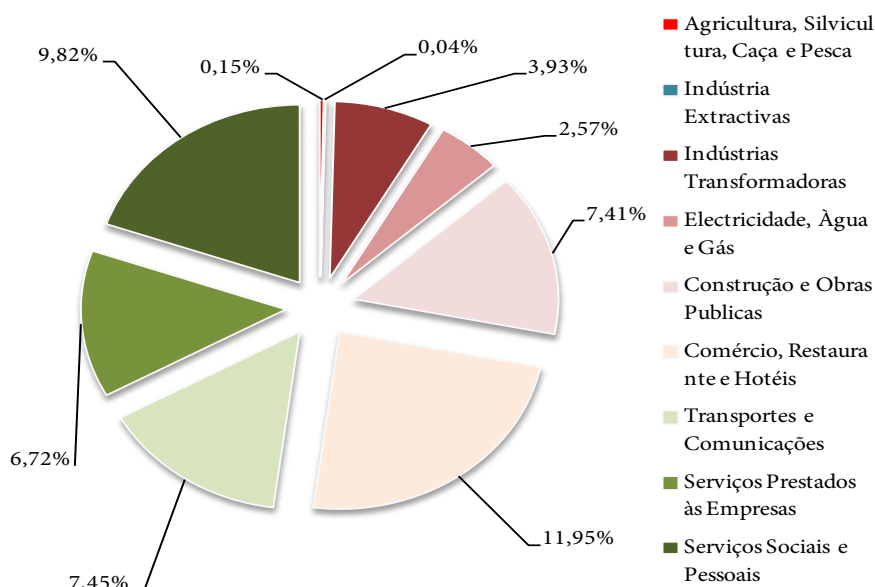
## 2.2.2 - Risco de Crédito

### 2.2.2.1 - Repartição do crédito por sectores económicos

O total do crédito concedido às Empresas não Financeiras e Particulares reduziu 0,4 por cento em Junho de 2013 face a Junho de 2012.

O crédito às Empresas não Financeiras registou todavia um ligeiro crescimento na ordem de 2,5 por cento. Relativamente à distribuição sectorial constatou-se a predominância dos sectores da “Construção e obras públicas”, “Comércio, restaurante e hotéis” e “Serviços sociais e pessoais e apoio aos negócios”, que juntos representam 36,7 por cento de todo o crédito a Empresas não Financeiras, não se registando alterações significativas na estrutura.

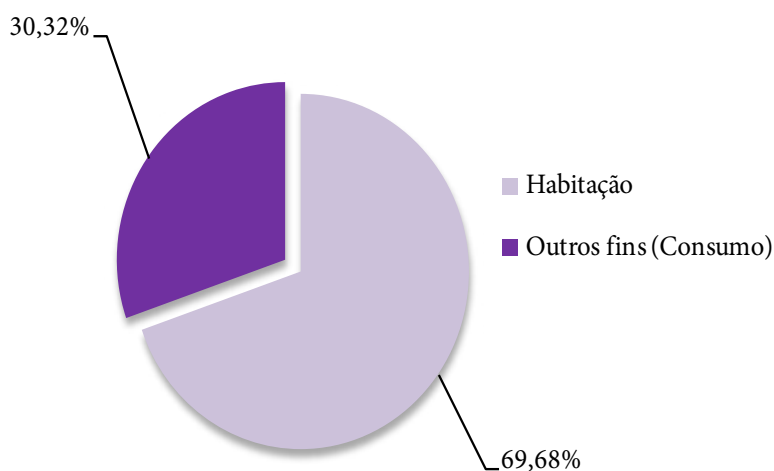
Gráfico 7 - Crédito a Empresas não Financeiras



Fonte: Banco de Cabo Verde

Ao invés, no segmento Particulares verificou-se uma redução em 3,2 por cento explicada pela diminuição na componente “Outras finalidades” (consumo de bens duradouros) em 14,6 por cento. Por seu turno, o crédito à habitação, que constitui 33,7 por cento do crédito total à economia e a maior parcela do crédito a particulares (69,7 por cento do total do crédito a particulares), cresceu 2,8 por cento.

Gráfico 8 – Crédito a Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde

### 2.2.2.2 - Indicadores de qualidade da carteira

A evolução desfavorável da actividade económica nacional contribuiu para a materialização do risco de crédito, traduzida na contínua deterioração da qualidade da carteira dos bancos, conforme mostram os indicadores apresentados no quadro abaixo.

Quadro 10 – Qualidade da carteira de Crédito

Credito e juros vencidos - Critério	Jun-12	Jun-13	Var. (%)/(pp)
IAS/IFRS	18,3%	18,5%	0,2
Circular N° 150	9,8%	11,5%	1,7
Crédito em risco (Circular N° 166)	-	15,1%	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

Com efeito, o indicador da qualidade da carteira com base no critério IAS/IFRS fixou-se nos 18,5%, em Junho de 2013, acima dos 18,3% verificados em Junho de 2012.

O crédito vencido, medido pela Circular n° 150 de 28 de Dezembro de 2009, igualmente aumentou, atingindo o nível de 11,5 por cento, contra 9,8 por cento registados no período homólogo.

Na linha da evolução dos indicadores acima referidos, o crédito em risco<sup>5</sup>, um novo rácio, aumentou, quando comparado a Dezembro de 2012.

<sup>5</sup> Cálculo efectuado de acordo com a Circular Série A n° 166 de 2012.11.02.

Este novo indicador de qualidade da carteira de crédito, adoptado em finais de 2012, tem a vantagem de estar mais próximo do conceito de NPL, do FMI, e, assim, em linha com os indicadores de qualidade de crédito mais utilizados internacionalmente. Todavia, as comparações internacionais deverão ser efectuadas com cautela, dada a disparidade de definições de NPL existentes nos diversos países.

Quadro 11 – Crédito em risco

Crédito em Risco	Dez-12	Jun-13	Var. em p.p
Rácio de crédito em risco	12,71%	15,06%	2,3
Setor privado residente não financeiro, do qual	15,00%	18,01%	3,0
Particulares residentes, do qual	10,87%	12,74%	1,9
Habitação	9,71%	10,97%	1,3
Consumo e outros fins	11,59%	15,52%	3,9
Sociedades não financeiras	19,34%	23,47%	4,1
Administrações públicas	0,40%	1,83%	1,4
Outros residentes	0,00%	0,00%	0,0
Não residentes	28,40%	39,29%	10,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

O indicador fixou-se em 15,1 por cento no final de Junho de 2013 contra 12,7 por cento verificados no fim de Dezembro de 2012, isto é, aumentou 2,35 pontos percentuais. A rubrica inclui, de acordo com a Circular Séria A nº 166 de Novembro de 2012, o crédito vencido há mais de 90 dias, o crédito vincendo associado e o crédito reestruturado.

O aumento do rácio foi transversal à generalidade dos sectores institucionais. No entanto, o sector não residentes e o sector das sociedades não financeiras (sectores mais expostos aos riscos de crédito) foram os que mais contribuíram para o aumento do rácio do crédito em risco, atingindo respectivamente os 39,29 por cento e 23,47 por cento, nos finais de Junho de 2013, contra 28,4 por cento e os 19,34 por cento, verificados em Dezembro de 2012.

Uma atenção especial recai, igualmente, sobre a materialização do risco de crédito, peculiarmente acentuado no sector particular residentes, nomeadamente o crédito para o consumo de famílias e outros afins. O contexto económico, entre outros factores, terá contribuído para que o rácio crédito em risco neste segmento crescesse 3,93 pontos percentuais, desde Dezembro de 2012, atingindo os 15,52 por cento em Junho de 2013, níveis acima da média do indicador genérico (15,06 por cento). Em contrapartida, o rácio de crédito em risco no segmento dos empréstimos para aquisição de habitação teve um crescimento de 1,3 pontos percentuais atingindo 10,7 por cento.

O crédito reestruturado<sup>6</sup>, uma componente do crédito em risco, teve um contributo relevante para a deterioração da qualidade da carteira de créditos e o respectivo rácio atingiu 5,8 por cento, em Junho de 2013.

Entre os sectores analisados, o rácio no segmento sociedades não financeiras (empresas) registou o maior agravamento, atingindo uma taxa de 10,39 por cento em Junho de 2013, superior aos 7,57 por cento verificados em período homólogo.

<sup>6</sup> Considera-se como crédito reestruturado o crédito relativamente ao qual tenha havido alterações das respectivas condições contratuais, que se tenham traduzido, nomeadamente, no alargamento do prazo de reembolso, na introdução de períodos de carência ou na capitalização de juros, devido a dificuldades financeiras do mutuário, independentemente de ter ou não existido atrasos no pagamento das prestações de capital ou juros. (Circular Séria “A” nº 176 de 2013).

Quadro 12 - Crédito reestruturado

Crédito Reestruturado*	Dez-12	Jun-13	Var. em %
Em percentagem do crédito	4,16%	5,55%	1,4
Sector privado residente não financeiro, do qual	5,15%	6,85%	1,7
Particulares residentes, do qual	2,84%	3,42%	0,6
Habitação	2,74%	3,24%	0,5
Consumo e outros fins	2,81%	3,68%	0,9
Sociedades não financeiras	7,57%	10,39%	2,8
Administrações públicas	0,00%	0,96%	1,0
Outros residentes	0,00%	0,00%	0,0
Não residentes	1,02%	2,22%	1,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

\* Aconselha-se alguma moderação na análise/avaliação do crédito reestruturado, uma vez que a prática de marcação deste tipo de créditos por algumas instituições de crédito ainda não se encontrava materializada.

À evolução desfavorável do risco da carteira de crédito contrapôs-se a política de cobertura do crédito vencido por provisões. Em termos homólogos registou-se uma melhoria no rácio de cobertura do crédito vencido, apurado segundo o critério IAS/IFRS, atingindo 41,8 por cento (39,6 por cento em Junho de 2012).

## 2.2.3 - Risco de mercado

### 2.2.3.1 - Risco de taxa de juro

As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se durante o 1º semestre de 2013 relativamente estáveis. A volatilidade dos juros de operações activas e passivas, medida pelo desvio padrão, situou-se a um nível inferior a 2 por cento, em todos os prazos de maturidade. A taxa média de colocação dos títulos de Intervenção Monetária (TIM) situou-se abaixo dos 5 por cento. Nos Bilhetes de Tesouro (BT's) verificou-se que as taxas de colocação, para todos os prazos, situaram-se entre 3,6 por cento e 4,5 por cento.

Quadro 13 – Evolução das taxas de juro

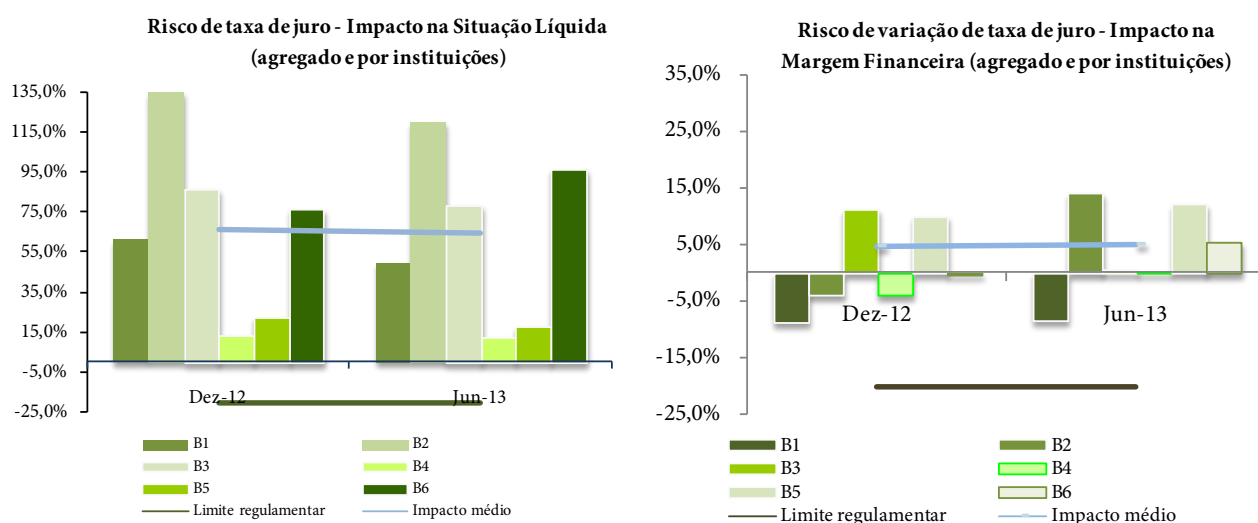
Evolução das taxas de juro	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13
<b>Taxas de juro de referência do Banco Central</b>						
Taxa de Absorção de Liquidez (em %, valores médios)	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de Cedência de Liquidez (em %, valores médios)	8,75%	8,75%	8,75%	8,75%	8,75%	8,75%
<b>Taxas de juro bancárias</b>						
<b>Operações de Crédito</b>						
Taxas de juro activas						
91 a 180 dias	9,98%	10,19%	10,08%	9,96%	9,94%	10,16%
181 dias a 1 ano	9,30%	9,08%	9,48%	9,30%	9,20%	9,18%
Superior a 10 anos	9,29%	8,84%	8,80%	8,80%	8,80%	8,81%
Descoberto	16,98%	16,68%	16,55%	16,50%	16,35%	16,51%
<b>Operações de Depósitos</b>						
<b>Residentes</b>						
31 a 90 dias	3,99%	4,29%	4,37%	4,07%	4,13%	3,97%
91 a 180 dias	4,11%	3,99%	3,93%	3,89%	3,91%	3,98%
181 dias a 1 ano	4,26%	4,26%	4,27%	4,28%	4,27%	4,27%
1 a 2 anos	5,17%	5,18%	5,18%	5,18%	5,38%	5,40%
<b>Emigrantes</b>						
31 a 90 dias	5,55%	5,54%	5,49%	5,41%	5,48%	5,48%
91 a 180 dias	4,43%	4,45%	4,45%	4,44%	4,35%	4,32%
181 dias a 1 ano	4,14%	4,14%	4,15%	4,15%	4,15%	4,15%
1 a 2 anos	5,62%	5,63%	5,63%	5,62%	5,64%	5,63%
<b>Taxas de juro do Tesouro</b>						
91 dias	4,06%	4,06%	4,06%	4,06%	4,06%	3,63%
182 dias	4,00%	4,00%	4,00%	4,21%	4,19%	4,19%
364 dias	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Supondo uma subida das taxas de juro de 200 pontos base, na carteira bancária, os resultados apontam, em termos do impacto sobre os fundos próprios, para um aumento em média de 64,8 por cento, e em termos do impacto sobre a margem financeira, para um aumento médio de 5,1 por cento. O efeito seria simétrico em caso de uma descida das taxas de juro na mesma magnitude.

Os impactos sobre a situação líquida e a margem financeira variam segundo as instituições consideradas, manifestando as diferenças na estrutura do balanço e as hipóteses utilizadas pelas instituições na afectação dos instrumentos nas bandas temporais.

Gráfico 9 - Risco de taxa de juro na carteira bancária



Fonte: Bancos comerciais e cálculos do Banco de Cabo Verde

Pode-se concluir, que o impacto de uma subida (descida) das taxas de juro deverá ser positivo (negativo) do ponto de vista do risco de taxa de juro, tanto ao nível da situação líquida como em termos da margem financeira. As instituições cabo-verdianas evidenciam, dada a estrutura da carteira, estar bem posicionadas para enfrentar o risco de taxa de juro, ao nível considerado.

### 2.2.3.2 - Risco de taxa de câmbio

A composição cambial dos bancos apresenta um risco de exposição cambial relativamente baixo. O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava em Junho de 2013 um valor inferior a 1 por cento do total dos activos ponderados pelos riscos. Para além disso, a moeda nacional manteve-se relativamente estável, face ao dólar e às outras moedas relevantes, o que reforça o baixo nível de risco cambial.

Os activos totais dos bancos em moeda estrangeira atingiram o montante de 18,6 milhões de contos, em Junho de 2013, contra um total de passivo na ordem de 23,9 milhões de contos. A composição cambial total (incluindo o Euro) apresentava deste modo um gap no valor de 5,4 milhões de contos, o que representava 46,1 por centos dos Fundos Próprios.

Quadro 14 - Exposição em moeda estrangeira e choque cambial

(em milhões de escudos)

Exposição em moeda estrangeira e choque cambial	Jun-12	Jun-13	Var. (%),(pp)
Disponibilidades	14.976	18.526	24%
Responsabilidades	22.569	23.881	6%
Posição líquida	-7.593	-5.355	-29%
Em % dos Fundos Próprios	61,8%	46,1%	-1574,5%
Hipótese de desvalorização em 30% da moeda nacional	-2.278	-1.606	671
Impacto sobre os FP	18,54%	13,82%	-4,72

Fonte: Bancos comerciais e cálculos do Banco de Cabo Verde



Supondo uma desvalorização da moeda nacional em 30 por cento, o risco de perda estima-se em 1.606 milhões de escudos. Isto representa um impacto sobre os fundos próprios de 13,8 por cento (valor inferior a 20 por cento), pelo que o risco cambial afigura-se baixo.

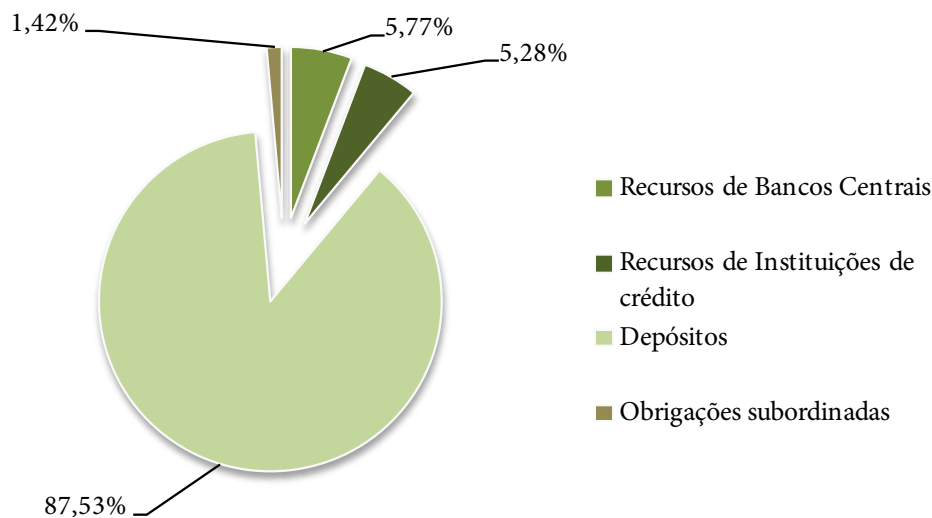
#### 2.2.4 - Risco de liquidez

A análise de liquidez do sistema bancário cabo-verdiano permite reconhecer em Junho de 2013 uma melhoria da capacidade de financiamento e de liquidez em relação a Junho de 2012, e deixa anteciper um baixo nível de risco de liquidez.

Em termos globais, o financiamento junto da base de clientes, que é a principal fonte e a menos onerosa, tem constituído uma característica que reflecte a posição estrutural de liquidez dos bancos em Cabo Verde.

Em Junho de 2013, os depósitos de clientes, enquanto principal fonte de financiamento dos bancos, totalizaram 128.245 milhões de escudos, evidenciando um incremento de 9.320 milhões de escudos (+8,57 por cento, face ao período homólogo). O que confirma a melhoria da posição de liquidez por parte das principais instituições bancárias nacionais.

Gráfico 10 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os recursos de instituições de crédito, bem como os outros depósitos perfazem juntos acima de 90 por cento do total de recursos para financiamento das suas operações.

A melhoria da posição de liquidez é também corroborada pelos indicadores tradicionais (rácios de transformação dos depósitos em crédito, de activos líquidos/activos totais e de activos líquidos/Passivo de curto prazo), pelo excesso de liquidez face às exigências de constituição das disponibilidades mínimas de caixa, bem como pelo indicador “gap de liquidez” por escalas cumulativas de maturidade.

### 2.2.4.1 - Indicadores de Liquidez

A evolução positiva na captação de depósitos, a par da estagnação da carteira de crédito líquido a clientes, reflectiu-se na redução do rácio de transformação dos depósitos em crédito<sup>7</sup>, que passou de 76,2 por cento para 70,2 por cento em Junho de 2012, em resultado da política de contenção do crédito e de reestruturação da composição de activos. A evolução do rácio indicia uma sensível redução do risco de liquidez.

O rácio Activos Líquidos<sup>8</sup> / Total do Activo fixou-se nos primeiros 6 meses do ano de 2013 em 15,6 por cento, contra os 13 por cento em Junho de 2012, sinalizando assim, o aumento do nível de liquidez geral, face ao ano anterior.

O rácio Activos Líquidos/Exigível a curto prazo<sup>9</sup> experimentou igualmente uma melhoria sensível, passando de 18,1 por cento em Junho de 2012 para 21,5 por cento em 2013, traduzindo-se numa sensível reestruturação da composição de activos, com predominância de activos ainda mais líquidos, disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas.

Quadro 15 – Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	Jun-12	Jun-13	Var. pp
Activo Líquido / Activo total	13,0%	15,6%	2,61
Activo Líquido / Passivo de curto prazo	18,1%	21,5%	3,42
Índice de transformação de depósitos em crédito	76,2%	70,2%	-5,96

Valores recalculados face aos anos anteriores

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os depósitos dos bancos junto ao banco central excederam as Disponibilidades Mínimas de Caixa<sup>10</sup> em 10,2 por cento o que compara com o excesso de 8,5 por cento de Junho de 2012.

O reforço da posição de liquidez dos bancos em Cabo Verde manifestou-se igualmente na qualidade da sua carteira de títulos, composta em mais de 50% por títulos de dívida pública.

### 2.2.4.2 - Gaps de liquidez por prazos

A análise de liquidez através dos indicadores tradicionais pode-se complementar com a análise de *gaps* por prazos.

Quadro 16 – Gaps de liquidez por prazos

Gaps de liquidez por prazos	1 Semana	1 Mês	3 Meses	6 Meses	12 Meses
Dez-12	9%	9%	8%	7%	6%
Jun-13	9%	18%	17%	16%	14%

Fonte: Banco de Cabo Verde

<sup>7</sup> Rácio de transformação: Crédito total líquido de provisões/imparidade acumulada para crédito / Depósitos totais.

<sup>8</sup> Cálculo de acordo com o conceito de liquidez definido pela Instrução técnica nº 161, de 14 de Julho de 2011 (excluem-se, porém, os valores à cobrança).

<sup>9</sup> Exigível de curto prazo inclui os depósitos totais.

<sup>10</sup> O regime que regula a constituição das disponibilidades mínimas de caixa (DMC) exige um coeficiente actual de 18%, calculado sobre os depósitos

A análise de gaps de liquidez por prazos, em base agregada, evidencia para o sistema bancário cabo-verdiano uma melhoria substancial, transversal aos vários horizontes temporais considerados e à generalidade das instituições, face a Dezembro de 2012. A melhoria deve-se, fundamentalmente, ao aumento dos activos líquidos, nomeadamente das aplicações de curto prazo em instituições de crédito no estrangeiro, face às responsabilidades.

A evolução dos gaps de liquidez e o comportamento dos indicadores tradicionais de liquidez permitem reconhecer uma melhoria do quadro operacional de liquidez em Junho de 2013.

### 2.2.5 - Risco operacional

O peso dos activos ponderados pelo risco operacional no total dos activos ponderados pelo risco reduziu 0,5 pontos percentuais face a Junho de 2012, o que significa uma menor exposição das instituições bancárias ao risco operacional. No entanto, este indicador deve ser analisado com reservas. Sugere que o aumento do volume de negócios acarreta maior risco ligado aos factores humanos, tecnológicos e outros, mas descarta os mecanismos e processos de controlo interno implementados de risco operacional.

Quadro 17- Risco operacional em percentagem do risco total

Risco Operacional em função do risco total	Jun-12	Jun-13	Varição (pp)
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	11,27%	10,79%	-0,48

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em jeito de conclusão pode-se considerar que: o risco de crédito registou um aumento pouco significativo em termos homólogos, embora o nível de incumprimento tenha permanecido elevado, em torno de 18 por cento; o risco de taxa de juro permaneceu contido à semelhança do de taxa de câmbio; finalmente o risco de liquidez diminuiu, num contexto de persistência de excesso de liquidez no sistema.

### 2.3 - Resultados dos *stress tests*

Com base nos dados de Junho de 2013, foram realizados *stress tests*, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90 por cento do total do activo do sistema bancário nacional. Foram simulados choques de forte magnitude (capazes de originar perdas na carteira de crédito iguais ou superiores a 20 por cento do total).

**Quadro 18 - Resultados dos stress tests (4 maiores bancos)<sup>11</sup>**

(em milhões de escudos)

Cenário-base		Jun-13
Rácio de adequação de capital (%)		11,4
Capital regulatório antes do choque		8.981
Activos ponderados pelo risco antes do choque		78.873
Crédito total		99.888
Crédito vencido		10.297
<b>Adequação de capital após choques</b>	<b>Nível</b>	<b>Var. p.p.</b>
<b>Risco de crédito</b>		
<b>Choques sectoriais</b>		
Construção (NPL de 25%, Provisões de 70%)	10,8	-0,6
Habitação (NPL de 25%)	7,4	-4,0
Consumo (NPL de 25%)	10,1	-1,3
Turismo (NPL de 25%)	10,2	-1,2
<b>Risco de concentração</b>		
Falência do maior devedor	9,7	-1,7
Falência dos 2 maiores devedores	8,8	-2,6
Falência dos 3 maiores devedores	8,1	-3,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos choques, expostos no quadro a acima, evidenciam uma elevada e estrutural vulnerabilidade dos bancos face à materialização do risco de crédito. A concentração sectorial, sobretudo nos sectores da Construção, Turismo, Consumo e Habitação, e num número reduzido de devedores aumenta a vulnerabilidade das instituições face ao risco do crédito.

<sup>11</sup> Os dados do cenário-base dizem respeito simplesmente ao universo dos quatro bancos considerados

### Capítulo 3. Sector Segurador

Apesar da quebra da produção registada no primeiro trimestre de 2013, o mercado segurador registou um aumento da produção no primeiro semestre na ordem dos 5 por cento, face ao período homólogo. O negócio Vida cresceu 9 por cento e o Não Vida 4,3 por cento.

A carteira de prémios atingiu o montante de 1.253 milhões de escudos, com o peso do ramo Não Vida a fixar-se em 94,8 por cento, não tendo a estrutura sofrido alterações significativas.

O total de custos com sinistros ascendeu a 300,5 milhões de escudos, o que significa uma diminuição de 169,9 milhões de escudos em relação ao mesmo período do ano anterior. Este comportamento deveu-se à diminuição registada nos custos com sinistros no ramo incêndio e outros danos em coisas e no ramo automóvel. Apesar da diminuição em termos absolutos dos custos com sinistros no ramo automóvel, este reforçou significativamente o seu peso preponderante no total dos custos (95,1 por cento no período em análise, contra 69,9 por cento em igual período de 2012).

A carteira de investimentos apresentava, no final do primeiro semestre, uma diminuição de 202,8 milhões de escudos face a igual período do ano transacto. Em termos de estrutura da carteira de investimentos, as acções ocupavam o primeiro lugar, com 41 por cento do total, e os terrenos e edifício o segundo lugar, com 34,4 por cento.

**Quadro 19 - Provisões técnicas**  
(em milhões de escudos)

Provisões técnicas	Jun-12	Jun-13
Provisão para prémios não adquiridos	382,7	510,0
Provisão para seguros e operações do ramo Vida	90,1	104,8
Provisão para sinistros	1.287,7	1.264,3
De vida	8,1	7,7
De acidentes de trabalho	245,4	216,7
De outros ramos	1.034,2	1.039,9
Provisão para participação nos resultados	-	1,6
Provisão para estabilização da carteira	-	-
Provisão para risco em curso	17,6	1,2
Outras provisões técnicas	-	-
<b>Total</b>	<b>1.778,1</b>	<b>1.881,9</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

As provisões técnicas ascenderam a 1.881,9 milhões de escudos, o que significa um aumento de 5,8 por cento, relativamente ao semestre homólogo de 2012. Destaca-se o peso das provisões para sinistros no total das provisões técnicas, que no semestre em análise foi de 67,1 por cento.

Nos primeiros seis meses de 2013, os capitais próprios elegíveis asseguraram a cobertura da margem de solvência em 648,6 por cento, como se pode constatar no quadro seguinte.

**Quadro 20 - Margem de solvência**  
(em milhões de escudos)

Margem de solvência	Jun-12	Jun-13
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.853	1.959
2. Montante da Margem a Constituir	406	302
Taxa de cobertura (1\2)	456,4%	648,6%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em jeito de síntese pode-se considerar que o sector teve uma evolução positiva, em relação à actividade e no período em análise e continuou a evidenciar níveis confortáveis de provisões técnicas e da margem de solvência.

## Capítulo 4. Mercado de Valores Mobiliários

No final do primeiro semestre, o mercado regulamentado abrangia dezasseis entidades emitentes, sendo catorze privadas e dois municípios. Quanto à estrutura por segmento, o obrigacionista contava com dezasseis emissões e o accionista com quatro empresas com títulos cotados. Importa ainda referir que três dos emitentes no segmento obrigacionista são do sector financeiro.

A capitalização bolsista aumentou em cerca de 168 por cento, no primeiro semestre em termos homólogos, impulsionada pela evolução do segmento dos títulos da dívida pública, que passaram a partir de Maio de 2013 a serem transacionados na Bolsa de Valores<sup>12</sup>.

**Quadro 21 - Capitalização por segmento**  
(em milhões de escudos)

Capitalização por segmento	Jun-12	Jun-13	Var %
Accionista	8.221	7.449	-9,4%
Obrigacionista	12.501	12.881	3,0%
Títulos Dívida Pública	621,9	36.813	5819,5%
Capitalização Bolsista Global	21.344	57.143	167,7%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde

Em termos do mercado secundário, nota-se ainda pouca dinâmica no fomento da liquidez do sistema financeiro, reflectida num volume incipiente de transacções face ao mercado primário.

Quanto aos compromissos assumidos perante os investidores, durante o semestre foram liquidados 326 milhões de escudos em juros e 568 milhões de escudos em amortizações de capital. Contudo, dois dos emitentes não conseguiram realizar na íntegra o pagamento dos cupões. Relativamente às empresas com acções cotadas, duas distribuíram dividendos totalizando o montante de 144 milhões de escudos.

Um dos riscos ligados ao mercado de capitais é o deficiente acesso, por parte dos investidores, à informação para a tomada de decisão. Medidas, sustentadas no “sistema de difusão de informação” alojado na página de internet do Banco de Cabo Verde, vêm sendo adoptadas e reforçadas, de forma a proporcionar o acesso à informação clara e objectiva sobre as regras de funcionamento do mercado de capitais.

<sup>12</sup> Com a entrada em produção da nova Plataforma Financeira do Estado e a transferência da custódia dos títulos do Tesouro do Banco de Cabo Verde para a Bolsa de Valores de Cabo Verde.

#### **Caixa 4.1 – Informação e formação no âmbito do Mercado de Valores Mobiliários**

Considerando as especificidades da envolvente do mercado de capitais de Cabo Verde e as características dos emitentes que detêm títulos cotados, a supervisão do mercado tem-se pautado por princípios que sustentam uma actuação dos seus intervenientes com base na protecção dos investidores, no controlo da informação, na prevenção dos riscos e na repressão de actuações ilegais.

Ainda no âmbito da informação e formação financeira e, com a reforma do Código do Mercado de Valores Mobiliários, a AGMVM – Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) realizou algumas acções de formação e dois seminários considerados de extrema importância. Os principais temas abordados foram a “Emissão de Ofertas Públicas em tempos de Crise” e “Governança Interna e Funções de Controlo” com o intuito de esclarecer o público e os intervenientes no mercado sobre as responsabilidades dos emitentes, os deveres de comunicação, a importância da gestão de risco, controlo interno e governança das instituições.

Resultados satisfatórios vêm sendo obtidos relativamente à prestação e divulgação de informação. Contudo, verificou-se ainda casos de atrasos por parte de algumas entidades emitentes, cujas causas estão directamente relacionadas com a estrutura organizativa e os procedimentos que permitam um eficiente e eficaz processo de reporte.

Ainda no quadro da gestão de riscos, o agrupamento dos emitentes por sector de actividades, nomeadamente financeiro, energético, imobiliário, serviços, transporte e entidades públicas municipais, permitiu a análise dos factores de risco associados e, apresenta-se como uma ferramenta importante, da qual a supervisão tem recorrido para definir as suas estratégias de intervenção, de forma a colmatar as deficiências específicas inerentes a cada sector.

A avaliação dos imóveis que servem de garantia ao risco de crédito apresenta-se como uma das medidas de controlo e protecção de investimentos realizados no mercado de capitais. Assim, a AGMVM vem credenciando peritos especializados em avaliação imobiliária para que possam prestar um serviço de qualidade ao mercado e garantir uma avaliação consistente e a mais próxima possível do valor real dos imóveis que representam os colaterais de títulos de dívida emitidos.



## Capítulo 5. Infra-estruturas e regulação do sistema financeiro

### 5.1 - Sistema de pagamentos

No primeiro semestre, a movimentação de fundos (levantamentos e transferências) na Rede Vinti4, quer com cartão Vinti4 quer com o cartão internacional, registou aumentos significativos face a idêntico período do ano anterior.

**Quadro 22 – Movimentação de fundos na Rede Vinti4**

(Quantidade: unidades; Valor: milhões de escudos)

Movimento de Fundo na Rede Viti4	Jun-12		Jun-13		Var %	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vinti4						
Levantamentos	384.500	2.009,6	411.765	2.093,1	7,1%	4,2%
Transferências	1.761	50,6	2.080	53,6	18,1%	5,9%
Carregamento móvel	79.463	29,4	80.956	29,0	1,9%	-1,6%
Pagamentos de serviços	177	0,7	532	9,7	200,6%	1261,5%
Pagamento nos POS	269.100	1.124,2	360.378	1.309,6	33,9%	16,5%
Com Cartão Internacional						
Levantamentos	14.008	163,0	17.866	181,6	27,5%	11,4%
Pagamento nos POS	5.279	69,4	6.579	84,2	24,6%	21,2%

Fonte: Banco de Cabo Verde

As operações com cartões Vinti4 assinalaram uma evolução positiva relativamente ao período homólogo, denotando assim uma elevada massificação do uso dos meios electrónicos. Por conseguinte, registou-se maior uso da rede Vinti4 para consulta de movimentos, de saldos e de NIB.

**Quadro 23 - Cartões produzidos e operações s/ movimento de fundos – Rede Vinti4**

(Quantidade: unidades; Valor: milhões de escudos)

	Jun-12	Jun-13	Var %
Cartões Vinti4 produzidos	5.871	6.547	12%
Consulta de movimentos	61.072	63.626	4%
Consulta de saldos	255.927	273.116	7%
Pedidos de cheque	108	103	-5%
Consulta de NIB	1.298	1.422	10%
Outras operações	1.297	1.182	-9%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente à movimentação global do sistema de compensação registou-se um aumento considerável das transferências, em detrimento do uso de cheques, o que confirma a preferência pelo uso de meios electrónicos.

**Quadro 24 - Movimento Global na Câmara de Compensações**

(Quantidade: unidades; Valor: milhões de escudos)

Movimento Global na Câmara de Compensações	Jun-12		Jun-13		Var %	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	27.047	6.078,6	23.560	5.592,2	-12,9%	-8,0%
Transferencias	14.919	6.694,8	32.719	7.253,4	119,3%	8,3%
Devoluções de cheques	160	115,3	189	70,4	18,1%	-39,0%

Fonte: Banco de Cabo Verde

O Sistema de Pagamentos cabo-verdiano vem apresentando um notável grau de automatização, com crescente utilização dos meios electrónicos de pagamento em substituição dos instrumentos baseados em papel. O enfoque tem sido dado à eficiência, especialmente à redução do tempo e controlo dos riscos na execução das operações de liquidação, garantindo deste modo a estabilidade e a confiança nas infra-estruturas de suporte existentes.

## 5.2 - Regulação do sistema financeiro

Durante o primeiro semestre do ano, importantes instrumentos de carácter regulamentar foram emitidos, visando o reforço do sistema financeiro.

No âmbito da supervisão bancária foram publicados:

- Lei nº 27/VIII/2013, de 21/01/2013 - Estabelece as Medidas de Natureza Preventiva e Repressiva Contra o Terrorismo e o seu Financiamento e procede à Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto - Legislativo nº 4/2003, de 18 de Novembro - B.O. I Série nº 4, de 21/01/2013;
- B.O. II Série nº 6, de 25/01/2013 - Publica o Extracto da Sociedade Ecobank Cabo Verde - Alteração da Denominação, Aumento do Capital Social, Demissão, Nomeação e Recomposição dos Órgãos Sociais e Mandato da Sociedade;
- Resolução nº 9/2013, de 04/02/2013 - Autoriza o membro do Governo responsável pela Área das Finanças e do Planeamento promover a criação nos termos da Legislação em vigor e da presente Resolução, de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de subscrição particular - B.O. I Série nº 7, de 04/02/2013;
- Portaria nº 14/2013, de 22/02/2013 - Adita o artigo 1º da Portaria nº 19/2005, de 14 de Março (que determina o montante mínimo do Capital Social das Instituições de Crédito e Parabancárias) - B.O. I Série nº 11, de 22/02/2013;
- Aviso nº 1/2013, de 12/04/2013 - Estabelece as Regras que as Instituições de Crédito e Parabancárias, devem observar na divulgação do Precário - B.O. II Série nº 21, de 12/04/2013;
- B.O. II Série nº 21, de 12/04/2013 - Publica o Aumento do Capital Social do Novo Banco e a Nomeação de Órgãos Sociais;
- Aviso nº 2/2013, de 18/04/2013 - Estabelece os Princípios e as disposições fundamentais porque se rege a implementação do Sistema de Gestão do Risco de Crédito - B.O. II Série nº 22, de 18/04/2013;
- Rectificação nº 50/2013 - Rectifica o Aviso nº 1/2013, que Estabelece as Regras que “Instituições” devem observar na divulgação do Precário - B.O. II Série nº 24, de 03/05/2013;

- Rectificação nº 51/2013 - Rectifica o Aviso nº 2/2013, que Estabelece os princípios e as Disposições Fundamentais porque se rege a implementação do Sistema de Gestão do Risco de Crédito - B.O. II Série nº 24, de 03/05/2013;
- B.O. II Série nº 26, de 13/05/2013 - Publica um Averbamento de Nomeação de Órgãos Sociais da Sociedade Comercial anónima denominada Banco Comercial do Atlântico, S.A.;
- Portaria nº 28/2013, de 15/05/2013 - Autoriza a Constituição de uma Instituição Especial de Crédito, com a natureza de Sociedade de Garantia Mútua, com a denominação social de CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. com o Capital Social de 100.000.000,00 (Cem Milhões de Escudos) para praticar nos termos requeridos as operações permitidas pelas Leis aplicáveis - B.O. I Série nº 25, de 15/05/2013;
- B.O. II Série nº 34, de 18/06/2013 - Publica um Averbamento de Nomeação dos Órgãos Sociais da Sociedade Comercial “Cotacâmbios - Agência de Câmbios de Cabo Verde, S.A.”;
- Aviso nº 3/2013, de 04/07/2013 - Estabelece o Regime aplicável à informação que em matéria de Taxas de Juro e outros Custos das Operações de Crédito deverá ser prestada pelas Instituições de Crédito e Parabancárias - B.O. II Série nº 37, de 04/07/2013;

No âmbito do mercado de capitais, foram publicados:

- Regulamento da AGMVM nº 1/2012 (Supervisão Prudencial) - Estabelece as Regras e os Princípios Gerais da Supervisão Prudencial exercida pela AGMVM - B.O. II Série nº 4, de 22/01/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 2/2012 (Acesso Público aos Registos) - Estabelece os termos do acesso público aos registos efectuados pela AGMVM e respectivos documentos - B.O. II Série nº 4, de 22/01/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 3/2012 (Normalização de Informação Financeira) - Define as Regras sobre o conteúdo, a Organização e a Apresentação da Informação Económica Financeira e Estatística utilizada em documento de prestação de contas, bem como as respectivas Regras de Auditoria - B.O. II Série nº 4, de 22/01/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 4/2013 - (Sistema Centralizado: Contas de Titularidade Directa) - Estabelece os termos em que podem ser abertas junto da entidade Gestora do Sistema Centralizado, Contas de Registo Individualizado - B. O. II Série nº 7, de 01/02/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 5/2013- (Meios de Divulgação da Informação) - Estabelece os Meios de Divulgação da Informação Privilegiada - B. O. II Série nº 7, de 01/02/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 6/2013- (Comunicações de Operações sobre Valores Negociados em Bolsa) - Estabelece os Termos em que podem ser realizadas fora de Bolsa, Operações relativas à Alienação de Valores Mobiliários Admitidos à Negociação em Bolsa e os termos em que os Intermediários Financeiros comunicam à Bolsa de Valores, as Transacções sobre Valores Mobiliários Admitidos à Negociação em Bolsa efectuadas em Mercado fora da Bolsa - B. O. II Série nº 7, de 01/02/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 7/2013 - Dispensa, Registo ou Aprovação, Estrutura e Divulgação dos Prospectos de Ofertas Públicas - B.O. II Série nº 24, de 03/05/2013;
- Regulamento da AGMVM nº 8/2013 - Publicidade das Ofertas Públicas de Valores Mobiliários - B.O.II Série nº 24, de 03/05/2013.